

Lula impõe a Tebet o nome para chefiar IBGE

“Nada mais justo que atender ao presidente”

Apesar de não ter sido consultada sobre a escolha de Marcio Pochmann para o IBGE, Tebet evita controvérsia e acata decisão de Lula

EDLA LULA

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, passou por uma sala escura, ontem, para explicar o porquê de ter escolhido o nome do economista Marcio Pochmann à presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para além da polémica em torno dos vínculos ideológicos dele, repercutiu mal em Brasília a forma como foi feito o anúncio, senão que a titular da pasta a qual a instituição está submetida tomasse conhecimento.

“O presidente Lula não me fez um pedido até hoje, nenhum pedido dentro do ministério ou fora. Mas, ele não me pediu sequer para apoiá-lo no segundo turno”, disse a ministra, para justificar que acatou Pochmann em sua equipe. “Diante disso, nada mais justo, óbvio, que atender ao presidente Lula, independentemente do nome que ele apresentaria, que ele ainda não havia me apresentado.” O anúncio da nomeação do economista, que atualmente preside o Instituto Lula, havia sido feito na quarta-feira pelo ministro da Secretaria de Comunicação, Paulo Pimenta. Ao ficar sabendo, pela imprensa, Tebet telefonou para os ministros da Casa Civil, Rui Costa, e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

“Confirmei com a Casa Civil, confirmei com o ministro (Alexandre) Padilha se era o nome o qual eles estavam mencionando (na reunião). Eles confirmaram que sim. Agora, o próximo passo é, na semana que vem, marcar uma reunião com o economista e professor da Unicamp Marcio Pochmann”, relatou Tebet.

Padilha, acompanhando pela internet esclarecimentos da ministra aos jornalistas, foi às redes sociais e contemporizou: “Parabéns, ministra Simone Tebet, tenho acompanhado toda a sua atuação neste episódio. Mais uma vez, nossa colega mostrando a seriedade e a firmeza na condução do Ministério do Planejamento”.

Repercussão

Tebet se recusou a comentar a repercussão que a indicação causou no meio político e no mercado. “Não faço julgamentos. Portanto, não vou atender a nenhum questionamento que me



A ministra Simone Tebet argumentou que o presidente ainda não tinha feito nenhum pedido de cargos para a pasta do Planejamento

Salva mais

Queda de braço

A nomeação para a direção do IBGE virou sendo objeto de uma queda de braço que ocorreu, nos últimos dias, as autoridades de Brasília. Há sete meses, o cargo estava sob o comando provisório de um técnico, Cimar Azeredo, que liderou a realização do Censo. O posto não havia sido anunciado pelo MDB nem cobrado pelo PT até agora, e a ministra Simone Tebet cogitou escolher um nome de peso da academia para dar veritas ao órgão.

facam. Eu já fui muito prejudgado na minha vida profissional. Eu vou ouvi-lo primeiro”, ressaltou. “Tem um lado que tem falado bem. Outro lado que tem feito questionamentos. Eu não quero

saber do passado, eu quero saber do presente”, acrescentou a ministra, ao enfatizar que a conversa que terá com Pochmann, antes de impossibilitá-lo, será técnica. Antes de comandar o Instituto Lula, Pochmann foi presidente da Fundação Perseu Abramo. No primeiro governo do petista, ficou à frente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Por causa desse vínculo estreito com a ideologia de esquerda, a indicação dele foi recebida de forma acida por economistas mais ortodoxos.

Edmar Bacha, que já presidiu o IBGE e ajudou Tebet a formular a sua política econômica, se disse “incomodado” e qualificou como “desastrosa” a passagem de Pochmann pelo Ipea.

“Lula se recusa a aprender com os próprios erros e nomeia Marcio Pochmann para a presidência do IBGE. Além das ideias retrógradas, Pochmann fez uma desastrosa gestão no Ipea”, comentou, também nas redes

Não faço julgamentos. Eu já fui muito prejudgado na minha vida profissional. Eu vou ouvi-lo primeiro”

Simone Tebet, ministra do Planejamento, sobre as críticas a Pochmann

sociais, o ex-presidente do Novo João Amoedo. O IBGE é o órgão responsável por apurar importantes indicadores econômicos e sociais, como o Produto Interno Bruto (PIB), o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o Censo geográfico. Os críticos temem que haja manipulação dos dados

para atender a interesses ideológicos do governo petista.

O presidente do Conselho Federal de Economia (Confecon), Paulo Dantas, fez uma enfática defesa de Pochmann. “O Confecon não tem nada a ver com iniciativas de qualquer governo, mas entendo que essa iniciativa, na medida em que prestigia esse ilustre economista Marcio Pochmann, vem ao encontro da nossa aprovação e do nosso agrado”, frisou Dantas, na abertura do seminário Políticas de Estabilização.

“Me incomoda quando vejo informações falsas colocadas na imprensa. A gestão do professor foi muito diferenciada no Ipea. Basta ver a elevação da produção no Ipea após a gestão de Pochmann”, completou o presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon-DF), José Luiz Pagnussat. Segundo ele, “existe no Brasil uma perseguição a economistas com visões mais desenvolvimentistas”.

Ministra refuta Aras

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou que uma possível recondução do procurador-geral da República, Augusto Aras, ao cargo seria um “desastre”, contrariando posicionamento de petistas que defendem a manutenção do atual PGR. O mandato de Aras termina em setembro e cabe ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicar um nome para o posto.

“Excepcionalmente a defesa de aliados do PT pela recondução de Aras. E se isso a recondução efetivamente acontecer, ao meu ver seria um desastre. E eu ficaria extremamente decepcionada”, disse, em entrevista à jornalista Miriam Leitão, da GloboNews, na quarta-feira.

Falsa alegem que voto, em um primeiro momento, na indicação de Aras, mas votou contra a recondução dele justamente por ver que ele estava fazendo no Ministério Público, que é um órgão de fiscalização e controle da máquina pública, uma gestão de subserviência e de acerto político ao presidente de plantão”, argumentou.

Aras foi indicado ao cargo duas vezes pelo então presidente Jair Bolsonaro. Na primeira, em 2019, foi aprovado por 68 votos a 10 no Senado; na segunda tentativa, o placar foi de 55 votos favoráveis, 10 contrários e uma abstenção.

O PCR tem virado alvo de críticas cada vez mais duras dos setores que não concordam com sua recondução ao cargo, principalmente por sua inércia diante de denúncias contra Bolsonaro e sua suposta omissão na pandemia de covid-19. O procurador, entretanto, tem recebido apoio na sua campanha de recondução de membros dentro do PT, como o ex-governador da Bahia e ministro da Casa Civil, Rui Costa, e o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

Na tentativa de se manter no cargo, Aras tem feito semanalmente em seu canal no YouTube, desde o início da produção no Ipea após a gestão de Pochmann, uma série de vídeos intitulada Principais resultados do gestão de Augusto Aras à frente do MPF. A estratégia, entretanto, não tem obtido o resultado esperado ao conquistar a atenção do público, já que seus vídeos dificilmente passam de 100 visualizações.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 2